

Aos oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas e trinta minutos na sua sede, sita na Rua 11 de Outubro 89, em São João da Madeira, por convocatória da respectiva presidente, Helena Teresa Anunciação Couto. -----

Nesta reunião estiveram presentes, para além da presidente já citada, António Luís Correia Costa na qualidade de Secretário, Pedro Teixeira da Silva na qualidade de Tesoureiro e os restantes vogais da Junta de Freguesia, a saber: Ana Marisa Pinheiro Brandão, Teresa Regina Marques da Silva Nunes Pires, Filipa Duarte Caldas Ribeiro e Ricardo José Martins dos Santos. -----

A reunião foi presidida por Helena Couto, na qualidade de presidente e secretariada por António Costa. -----

A reunião foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- 2- Análise Financeira e dos indicadores do mês de Maio;
- 3- Balanço do Passeio sénior;
- 4- Informação sobre a Lei de Transferência de Competência;
- 5- Proposta de trabalho de design gráfico para o 12º Encontro Internacional de Ilustração;
- 6- Outros Assuntos

No primeiro ponto da ordem de trabalhos o Secretário leu e deu a assinar a ata número trinta e seis (36) a qual foi aprovada por unanimidade. -----

No segundo ponto da ordem de trabalhos foi apresentado ao executivo o mapa da situação financeira da junta de freguesia à data da presente reunião e que ficará anexo a esta ata (Doc.1). Foi também feita a análise dos indicadores (Doc.2), do mês de Maio. Neste ponto o vogal Ricardo Santos aproveitou o momento para informar que relativamente à atividade desporto para todos , seria feito um período experimental nos meses de Junho e Julho, com um novo horário unicamente com aulas de pilates e zumba alternadamente aos sábados com o intuito de fomentar uma maior participação. -----

No terceiro ponto da ordem de trabalhos foi feito balanço do passeio sénior ,em que todos os elementos participaram tendo-se concluído que o balanço do mesmo foi positivo em termos gerais. De salientar as inscrições online, que é um dos pontos a reforçar no próximo ano. Foram partilhadas algumas ideias a serem analisadas para a próxima edição: a possibilidade de ser dividido em dois dias, a divisão de funções específicas para cada elemento do executivo, a possibilidade de reunião no dia anterior com os alunos voluntários, e ainda uma forma de controlar o cumprimento das regras passadas aos motoristas foram alguns pontos analisados de forma a pensar numa melhoria para os futuros passeios. -----



No quarto ponto da ordem de trabalhos foi abordada a nova lei de transferência de competências em que foi feita uma análise da mesma . A presidente apresentou o documento enviado pela Anafre, explicativo da sua aplicação , documento que se anexa (Doc 3).De acordo com a referida lei nº 50/2018 , as juntas de freguesia deverão até 30 de Junho do corrente ano , se assim o entenderem , renunciar à transferência de competências por parte da Câmara Municipal , renuncia essa que se aplica unicamente ao ano 2019 e 2020 . Após discussão desta problemática , ficou decidido que a Junta de freguesia não iria efetuar essa renuncia , mas antes iniciar contactos com a Câmara Municipal de s. João da Madeira , para a discussão deste assunto.-----

No quinto ponto da ordem de trabalhos foi feita a análise aos orçamentos para adaptação gráfica da ilustração da ilustradora Fatinha Ramos aos vários suportes necessários no âmbito do 12º Encontro Internacional de Ilustração. Foram apresentadas duas propostas: a primeira da Illustopia e uma segunda da designer Ana Vieira que já tem vindo a trabalhar connosco nas últimas edições . Foi considerado de forma unânime que o orçamento a aprovar deveria ser da Ana Vieira pois tem vindo a desenvolver um bom trabalho e tem correspondido às expectativas. Tendo sido aprovado o Ajuste Direto nº 4/2019-----

Foi também partilhado pelo Pedro Silva o ponto de situação da aplicação mobile que está a ser tratada conjuntamente com a câmara municipal , tendo informado que se irá desenhar o novo layout a ser discutido com a equipa de programação que desenvolveu a aplicação da Câmara Municipal -----

Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata, a qual vai ser impressa em folhas com o verso em branco e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela presidente, tesoureiro, todos os vogais presentes e por mim que a secretariei.-----

S. João da Madeira, 8 de Junho de 2019

Presidente:

Secretário:

Tesoureiro:

Vogais:

Ricardo Santos
Ana Mafisa Pinheiro Buacão
Micaela Nogueira
Filipa Quark

INDICADORES DA ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DA MADEIRA 2019

ATIVIDADE		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado
CANÍDEOS	Registos	14	12	11	10	8								55
	Licenças	59	24	29	37	64								213
SEVIÇOS ADMIN.	Receitas Cobradas	300,00 €	165,00 €	190,00 €	200,00 €	340,00 €								1 195,00 €
	Atestados	136	113	153	93	140								635
AUTOCARROS	Autenticação de Fotocópias	0	3	0	1	2								6
	Receitas Cobradas	277,50 €	237,50 €	279,50 €	180,50 €	307,50 €								1 282,50 €
BIBLIOTEC	Km efetuados ao abrigo protocolo	0	0	0	0	0								0
	km efetuados a título de subsídio	1 610	241	493	1 708	384								4 436
FISIOTERAPIA (Nº Pessoas)	km efetuados por atividades da JF	565	1 204	1 101	377	991								4 238
	Km pagos	396	793	641	658	1 476								3 964
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Total global de km efetuados	2 571	2 238	2 235	2 743	2 851								12 638
	Receitas Faturadas	351,25 €	120,00 €	133,80 €	73,80 €	313,00 €								991,85 €
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Fotocópias e Impressões	74	74	27	1 124	163								1 462
	Utilizadores dos computadores	89	98	47	67	80								381
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Requisições de livros	2	3	3	4	0								12
	Requisições de revistas	0	1	0	0	1								2
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Leitores diários de jornais/revistas	91	76	73	63	81								384
	Atletas Próprios da ADS até 18 anos	30	17	21	31									99
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Atletas Próprios da ADS mais de 18 anos	10	13	14	13									50
	Atletas e Estudantes até 18 anos (total)	12	16	14	16									58
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Atletas com mais de 18 anos (total)	2	3	4	3									12
	Pensionistas com cartão sénior A	4	5	4	6									19
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Pensionistas com cartão sénior B	3	3	3	1									10
	Pensionistas sem cartão sénior	5	1	1	2									9
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Municípios Recenseados	0	0	0	0									0
	Total	66	58	61	72	0	0	0	0	0	0	0	0	257
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Atletas Próprios da ADS até 18 anos	109	55	56	92									312
	Atletas Próprios da ADS mais de 18 anos	26	26	49	63									164
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Atletas e Estudantes até 18 anos (total)	54	57	44	65									220
	Atletas com mais de 18 anos (total)	5	12	13	7									37
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Pensionistas com cartão sénior A	24	21	8	30									83
	Pensionistas com cartão sénior B	14	11	9	4									38
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Pensionistas sem cartão sénior	27	8	5	12									52
	Municípios Recenseados	0	0	0	0									0
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Total	259	190	184	273									906
	Fundo de Vila / Orreiro	18	21	81	125	79								324
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Idas à Praia	0	0	0	0	0								0
	Atividades Desportivas	80	85	40	12	7								224
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	Passeio Cultural	0	0	0	0	0								0
	Termas	0	0	0	0	0								0
FISIOTERAPIA (Tratamentos)	IRS	0	0	0	91	95								186

Dr 2

50

50



Dec 3
RP
R
B

INFORMAÇÃO

Transferência de Competências dos Municípios para as Juntas de Freguesia

A) DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Foi publicado o **Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril** que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os órgãos das Freguesias, estabelecida no n.º 2, do Art.º 38.º, da **Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais).

2. Este diploma legal entrou em vigor no **dia 01 de maio de 2019**, sem prejuízo da sua concretização gradual até 2021, nos termos fixados no n.º 2, do Art.º 3, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

3. Determina o Art.º 38.º n.º 2 da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e o n.º 1 do Art.º 2.º do DL 57/2019, de 30 de abril, que passam a ser da **competência dos órgãos das Freguesias:**

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;*
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;*
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;*
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;*
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;*
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;*
- g) A utilização e ocupação da via pública;*
- h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo (Redação do DL 57/2019 que clarifica o tipo de publicidade que é transferida);*
- i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;*
- j) A autorização da colocação de recintos improvisados;*



Handwritten notes in blue ink:
Fp
8.7.
17

k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;

l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais;

m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.

4. As competências previstas nas alíneas d), g), h), j), k) e m) são exercidas pelas Freguesias nos termos das disposições constantes dos respetivos **regulamentos municipais** - Art.º 2.º, n.º 2 do DL 57/2019, de 30 de abril.

5. A transferência de competências tem **caráter universal**, sendo diferenciada em função da natureza e dimensão da Freguesia, considerando a sua população e capacidade de execução, nos termos do Art.º 4.º do DL 57/2019, de 30 de abril.

6. A **Assembleia Municipal**, sob proposta da Câmara Municipal pode deliberar manter no âmbito de intervenção do Município, no todo ou em parte, as competências indicadas no ponto 3 desta informação, desde que as competências se revelem **indispensáveis** para a gestão direta pelo Município e tenham **natureza estruturante** para o Município ou para a execução de **missões de interesse geral e comum** a toda ou uma parte significativa do Município, de acordo com o n.º 3 do Art.º 2.º do DL 57/2019.

7. Antes de ser submetida à Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, notifica cada uma das Juntas de Freguesia para, no prazo de 10 dias úteis, se pronunciarem sobre a sua pretensão de manter na esfera do município, determinada (as) competências, nos termos do n.º 4 do Art.º 2.º do DL 57/2019, de 30 de abril.

8. A Câmara Municipal **apresentará a sua proposta à Assembleia Municipal**, para deliberação, **acompanhada do parecer** de cada uma das Juntas de Freguesia notificadas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FQ', 'AB', and 'B'.

B) PROCEDIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A JUNTA DE FREGUESIA

FORMALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

9. Município e Freguesia aceitam a transferência de competências:

a) No prazo de 90 dias (até ao dia 30 de julho) a CM e cada uma das Freguesias do município acordam uma proposta para a transferência de competências, com a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros a transferir anualmente para as Freguesias na decorrência da transferência de competências - Art.º 5.º n.º 1, do DL 57/2019, de 30 de abril;

b) Até 30 dias seguidos, após a celebração da proposta acordada entre a CM e cada uma das Freguesias, devem as propostas ser submetidas à aprovação dos órgãos deliberativos, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia - Art.º 5.º n.º 2, do DL 57/2019, de 30 de abril;

c) No prazo de 15 dias corridos, após a aprovação das Assembleias Municipais e de Freguesia, é celebrado o auto de transferência dos recursos, onde consta expressamente a identificação e quantificação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que são transferidos para a Freguesia - Art.º 6.º n.ºs 1 e 2, do DL 57/2019, de 30 de abril;

d) Celebrado o auto de transferência de recursos, o município obrigatoriamente comunica à DGAL as deliberações, no prazo de 15 dias - Art.º 11.º n.º 2, do DL 57/2019, de 30 de abril;

e) A DGAL processa o primeiro duodécimo, no mês seguinte à comunicação recebida pelo município - Art.º 11.º n.º 2, do DL 57/2019, de 30 de abril.

10. Caso as Freguesias entendam que não devem aceitar as competências antes de 2021, devem ter em atenção o dia 30 de junho de 2019, uma vez que:

a) As Freguesias que não pretendam exercer as competências previstas no Art.º 38.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, em 2019, devem comunicar à DGAL até 60 dias após a entrada em vigor do DL 57/2019, isto é, até ao dia 30 de junho de 2019, após



Handwritten notes in blue ink, including the number '59' and various symbols and scribbles.

deliberação dos órgãos de Freguesia. - Art.º 12.º n.º 2, do DL 57/2019, de 30 de abril;

b) As Freguesias que não pretendam exercer as novas competências em 2020, deverão comunicar este facto à DGAL até ao dia 30 de junho de 2019 - Art.º 4.º n.º 2 al. b) da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

11. Por mero acaso, as Freguesias que não pretendam exercer as competências, nem em 2019, nem em 2020, têm de comunicar obrigatoriamente à DGAL até ao dia 30 de junho de 2019, após deliberação da Assembleia de Freguesia.

12. EXISTEM OUTROS CENÁRIOS DECORRENTES DO DL N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL, NO QUE RESPEITA À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM 2019:

12.1. O Município quer transferir as competências e a Freguesia não quer exercer as competências:

a) Após a entrada em vigor do Decreto-Lei, a Freguesia tem 60 dias corridos, para comunicar à DGAL e ao município (isto é, até dia 30 de junho) que não pretende exercer a transferência de competências. Esta deliberação tem que ser aprovada previamente em Assembleia de Freguesia - Art.º 12.º n.º 2 conjugado com o Art.º 11.º n.º 4 do DL 57/2019, de 30 de abril e Art.º 4.º n.º 2 al. a) da Lei 50/2018, de 16 de agosto;

b) Até ao dia 30 de junho de 2019 a Freguesia deve comunicar que não pretende exercer as competências em 2020 - Art.º 11.º n.º 4 do DL 57/2019, de 30 de abril e Art.º 4.º n.º 2 al. b) da Lei 50/2018, de 16 de agosto;

12.2. O Município não quer transferir as competências e a Freguesia quer exercer as competências:

a) A transferência de competências não é recusada em sede de Assembleia de Freguesia;

b) No dia 2 de maio, inicia o prazo de 90 dias para a Freguesia conseguir obter acordo com o município sobre os recursos a transferir para o exercício das competências que vai exercer - Art.º 5.º n.º 1 do DL 57/2019, de 30 de abril;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

c) No caso de não conseguir chegar a acordo com o município a Junta de Freguesia, depois de submeter a sua proposta de transferência de recursos à sua Assembleia de Freguesia, requer ao presidente da Câmara Municipal que a mesma seja apreciada e deliberada em reunião do executivo municipal. Após o recebimento do requerimento apresentado, pelo presidente de junta, o executivo municipal tem 30 dias seguidos para se pronunciar. Art.º 5.º n.º 3 do DL 57/2019, de 30 de abril;

d) A proposta depois de apreciada em reunião do executivo municipal deverá ser enviada pelo presidente da câmara para a Assembleia Municipal, no prazo de 30 dias seguidos, para que este órgão deliberativo aprecie e vote a proposta apresentada pela Junta de Freguesia - Art.º 5.º n.º 4 do DL 57/2019, de 30 de abril;

e) A Câmara Municipal não pode propor alterações à proposta apresentada pela Junta de Freguesia - Art.º 5.º n.º 5 do DL 57/2019, de 30 de abril.

12.3. Município e Freguesia não querem iniciar a transferência de competências:

a) Após a entrada em vigor do DL 57/2019, de 30 de abril, a Freguesia tem 60 dias corridos, para comunicar à DGAL e ao município (isto é, até dia 30 de junho) que não pretende exercer a transferência de competências em 2019. Esta deliberação tem que ser aprovada em Assembleia de Freguesia previamente - Art.º 12.º n.º 2 conjugado com o Art.º 11.º n.º 4 do DL 57/2019, de 30 de abril;

b) Não sendo possível chegar a acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia ou existindo deliberação negativa de qualquer uma das assembleias, os órgãos executivos devem dar início a um procedimento com vista à transferência de recursos que entre em vigor no dia 1 de Janeiro de 2021 - Art.º 5.º n.º 6 do DL 57/2019, de 30 de abril conjugado com o Art.º 3.º n.º 2 da Lei 50/2018, de 16 de agosto.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

13. A transferência de competências **pode**, nos termos a acordar, determinar a transição dos trabalhadores com vínculo de emprego público constantes do mapa de pessoal da Câmara Municipal, que



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'FP' and several illegible signatures.

exerçam atividades integradas nas competências a transferir, para o mapa de pessoal da Junta de Freguesia - Art.º 8.º n.º 1 do DL 57/2019, de 30 de abril.

14. Os postos de trabalho necessários para dar cumprimento ao número anterior **são automaticamente aditados ao mapa de pessoal da Junta de Freguesia** - Art.º 8.º n.º 12 do DL 57/2019, de 30 de abril.

15. Os **contratos de trabalho em funções públicas** dos trabalhadores transferidos **mantêm-se inalterados**, designadamente, quanto à situação jurídico-funcional detida pelos mesmos, havendo apenas lugar à sucessão na posição jurídica entre os empregadores públicos, Câmara Municipal e Junta de Freguesia - Art.º 8.º, n.º 2 do DL 57/2019, de 30 de abril.

16. A transição dos trabalhadores obedece aos **critérios** constantes do Art.º 8.º n.º 3, que são os seguintes:

a) os trabalhadores com **maior antiguidade** na execução das atividades têm preferência na escolha da Freguesia para a qual pretendem transitar;

b) em condições de igualdade de antiguidade, releva, consecutivamente, a **avaliação de desempenho quantitativamente superior** no último período de avaliação, a **avaliação obtida no parâmetro "Resultados"** e o **tempo de serviço relevante na carreira e no exercício de funções públicas**.

17. A **alteração do posicionamento remuneratório**, nos termos previstos na Lei, dos trabalhadores que transitam e o inerente aumento da despesa, implicam a consequente **revisão dos recursos financeiros transferidos para as Freguesias** - Art.º 8.º n.º 4 do DL 57/2019, de 30 de abril.

18. A transição dos trabalhadores da Câmara Municipal para o mapa de pessoal da Junta de Freguesia produz efeitos com a **publicação de lista nominativa dos trabalhadores, organizada por Freguesia, na 2ª. Série do Diário da República**, a qual é enviada pela Câmara Municipal e **deve obrigatoriamente conter** a caracterização do posto de trabalho de origem e na Junta de Freguesia, a carreira, categoria e posição remuneratória de cada trabalhador - Art.º 8.º n.ºs 10 e 11 do DL 57/2019, de 30 de abril.

19. Os **processos individuais dos trabalhadores são entregues pelos serviços da Câmara Municipal** nos serviços da Junta de Freguesia de destino, **no prazo de 90 dias seguidos após a referida**



Handwritten signatures and initials in blue ink.

publicação em Diário da República - Art.º 8.º n.º 13 do DL 57/2019, de 30 de abril.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

20. Os recursos financeiros afetos à transferência das novas competências para as Freguesias provêm do orçamento municipal, após deliberação da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia - Art.º 9.º n.º 1 do DL 57/2019, de 30 de abril.

21. Os recursos a transferir são calculados com base na estrutura de despesas e de receitas que o Município respetivo tem com o exercício dessa mesma competência - Art.º 9.º n.º 1 do DL 57/2019, de 30 de abril.

22. Os recursos financeiros a transferir **não podem ser inferiores aos constantes dos acordos ou contratos celebrados e respeitantes às mesmas matérias** - Art.º 9.º n.º 1 do DL 57/2019, de 30 de abril.

23. Os recursos financeiros a transferir são financiados por receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro e da participação variável no IRS do respetivo Município, sendo transferidos pela DGAL para a Freguesia, até ao dia 15 de cada mês, por dedução às transferências para cada Município - Art.º 9.º n.º 2 do DL 57/2019, de 30 de abril.

24. Caso estes **montantes se mostrem insuficientes** para garantir os recursos a transferir para a Freguesia, serão os mesmos financiados por receitas provenientes do IMI, sendo estas, bem como as provenientes das receitas de IRS, transferidas mensalmente pela Autoridade Tributária para a DGAL, até ao dia 10 de cada mês - Art.º 9.º n.º 3 do DL 57/2019, de 30 de abril.

C) DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

25. Até à celebração do Auto de Transferência, as competências atribuídas às Freguesias continuam a ser **asseguradas pelo Município** - Art.º 11.º n.º 1 do DL 57/2019, de 30 de abril.

26. Em 2019, o processamento do primeiro duodécimo relativo à transferência de recursos ocorre **no mês seguinte ao da entrada na DGAL** da referida comunicação do Município - Art.º 11.º n.º 3 do DL 57/2019, de 30 de abril.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'B' and several smaller signatures.

D) NOTAS IMPORTANTES

27. Todos os prazos constantes da Lei 50/2018 e do DL 57/2019 são corridos, isto é, contam-se os feriados e fins-de-semana, **exceto** o prazo do n.º 4 do Art.º 2.º que é de 10 dias úteis;

28. Os **recursos** constantes do Auto de Transferência **podem ser alterados por acordo** entre o Município e a Freguesia, devendo para o efeito ser observado um procedimento idêntico ao que lhe deu origem - Art.º 6.º, n.º 3 do DL 57/2019, de 30 de abril;

29. O Município **comunica obrigatoriamente** à DGAL até 30 de junho do ano anterior ao do início do exercício das competências pela Freguesia, a **deliberação que autorizou a transferência de recursos**, para efeitos de inscrição no OE do ano seguinte, o mesmo devendo ocorrer sempre que se verifiquem alterações às inicialmente comunicadas - Art.º 6.º n.ºs 5 e 6 do DL 57/2019, de 30 de abril.

30. As novas competências transferidas para as Freguesias podem, **por acordo das partes, reverter para o Município**, implicando o regresso dos recursos humanos (com o consequente aditamento ao mapa de pessoal do Município) e patrimoniais afetos às mesmas - Art.º 7.º n.ºs 1 e 2 do DL 57/2019, de 30 de abril.

31. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto não abrange as atribuições e competências das regiões autónomas. A transferência de atribuições e competências para as autarquias locais nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores é regulada por diploma próprio, mediante iniciativa legislativa das respetivas assembleias legislativas, tendo em conta os princípios da autonomia regional e da especificidade da relação entre os órgãos dos governos regionais e as autarquias locais - Art.º 9.º da referida Lei.

OBJETIVO:

0103/02022502

[illegible]

Aprovada a adjudicação da proposta nº 2 em 8/6/2019 O Executivo:

8/6/2019



**S. João
da Madeira**
Junta de Freguesia

Agosto directo n° 4 / 2019

Helena Cruz
 filha Juvénio de Gónc
~~Antônio~~
 Ant. José Mariano Brandão
 José Gregório
 Filizto Quark
 Antônio Luís Correia Costa